

Brasília, 05 de março de 2026

Seleção

Sumário

Agência Câmara

Quarta-feira, 04 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

Frente Parlamentar Mista vai acompanhar execução do acordo entre Mercosul e Uni... .. 3

Migalhas

Quarta-feira, 04 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Por que terras raras não são o novo petróleo? Resposta está em patente 5

Quarta-feira, 04 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 6.300 8

Correio Braziliense - Online

Quinta-feira, 05 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Patentes em debate: Mounjaro e polilaminina reacendem discussão 16

Agência Senado

Quarta-feira, 04 de março de 2026 | Denominação de Origem

Mercosul-UE: o que diz o acordo aprovado pelo Senado 20

Monitor Mercantil Digital online

Quarta-feira, 04 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

Os impactos da Reforma Tributária no franchising 22

Frente Parlamentar Mista vai acompanhar execução do acordo entre Mercosul e União Europeia

Grupo de deputados e senadores vai acompanhar aspectos técnicos, políticos e legislativos do acordo comercial

Grupo de deputados e senadores vai acompanhar aspectos técnicos, políticos e legislativos do acordo comercial

Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Foi instalada nesta quarta-feira (4) a Frente Parlamentar Mista em apoio à Integração União Europeia (UE)-Mercosul. O grupo de 210 deputados e senadores vai acompanhar de perto aspectos técnicos, políticos e legislativos do acordo comercial firmado entre os dois blocos. O documento prevê a redução gradual de impostos de importação para bens e serviços.

Após 27 anos de negociações, o governo federal projeta a ratificação dos termos do acordo em março, com início da vigência em maio. A Câmara dos Deputados já aprovou a proposta - Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 41/26 - no fim de fevereiro, e o Senado deve decidir sobre o acordo nesta quarta-feira. Uruguai e Argentina já aprovaram a medida internamente, e Paraguai deve votá-la em breve.

Na prática, o acordo cria uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, envolvendo cerca de 718 milhões de pessoas e um PIB estimado em US\$ 22 trilhões, em um contexto de tensões geopolíticas e incertezas no comércio global.

Entre os pontos centrais, destacam-se ganhos imediatos para a indústria, com impostos zerados para setores como máquinas, aeronaves e produtos químicos. Na agropecuária, haverá limites de importação para produtos sensíveis, como carnes e açúcar, além de salvaguardas que permitem a reintrodução temporária de tarifas em casos específicos.

Acordo de Paris

O acordo também estabelece compromissos ambientais obrigatórios, ligando o comércio à proteção contra o desmatamento ilegal e ao cumprimento do Acordo de Paris. No setor de serviços, haverá

redução de barreiras para investimentos estrangeiros, enquanto empresas do Mercosul passarão a ter o direito de disputar licitações públicas em solo europeu. O documento prevê ainda maior proteção à **propriedade intelectual** e medidas para incluir pequenas e médias empresas.

No evento de lançamento da frente parlamentar, no Salão Negro da Câmara dos Deputados, o deputado Marangoni (União-SP), que vai coordenar os trabalhos, frisou que o objetivo agora é viabilizar a fase de aplicação provisória do acordo. Ele lembrou o cenário internacional atual, com guerra na Ucrânia e tensões no Oriente Médio, e afirmou que o momento é de reorganização das cadeias mundiais de suprimento e energia.

"O comércio internacional tornou-se um instrumento de poder político. E é nesse contexto que a decisão da Comissão Europeia de avançar com a aplicação provisória do pilar comercial do acordo União Europeia-Mercosul altera o eixo do negócio. O acordo deixou de ser hipótese futura para se tornar realidade operacional", pontuou.

A aplicação provisória do acordo UE Mercosul consiste em fazer vigorar, de forma parcial e temporária, algumas cláusulas comerciais - principalmente as relativas à redução de tarifas e facilitação de comércio - entre a União Europeia e países do Mercosul que já concluíram seus processos internos de ratificação.

Batalha jurídica

Embora o bloco europeu busque aplicar o acordo provisoriamente para acelerar os benefícios comerciais, a ratificação completa segue paralisada por questões de proteção agrícola e ambiental. O texto enfrenta atualmente uma batalha jurídica na justiça europeia que pode durar até dois anos.

Marangoni, por fim, disse que o papel de deputados e senadores será acompanhar a aplicação definitiva do acordo. "A frente parlamentar assume compromisso de acompanhar a implementação e exigir governança coordenada, de fortalecer instrumentos de defesa comercial, de estruturar apoio às pequenas e

Continuação: Frente Parlamentar Mista vai acompanhar execução do acordo entre Mercosul e União Europeia

médias empresas e de assegurar uma transição inteligente para setores sensíveis. O acordo precisa ajudar o desenvolvimento concreto, não apenas as estatísticas positivas", concluiu.

Em 2025, a UE se consolidou como o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China, movimentando 100 bilhões de dólares, com leve superávit para os europeus. Já o perfil das exportações brasileiras para a UE apresenta inclinação tecnológica e industrial, com a indústria de trans-

formação liderando as vendas (47,4%) com aeronaves e produtos químicos, seguida pelos setores extrativo e agropecuário, com café, minérios e farelo de soja.

Reportagem - Murilo Souza

Edição - Roberto Seabra

Por que terras raras não são o novo petróleo? Resposta está em patente



A analogia de que as terras raras são o "novo petróleo" tornou-se um clichê da geopolítica moderna. A urgência da transição energética e a dependência global desses 17 elementos cruciais para tecnologias que vão de smartphones a mísseis hipersônicos parecem justificar a comparação, mas essa visão subestima a complexidade tecnológica do cenário atual. Enquanto o petróleo moveu o século XX, as terras raras são o sistema nervoso da economia digital e verde do século XXI.

Sem elas, o motor de um carro elétrico não teria eficiência, a turbina eólica não geraria energia de forma competitiva e o seu smartphone perderia as cores vibrantes da tela e a nitidez do som. Elas estão presentes nos scanners de ressonância magnética que salvam vidas e nos sistemas de orientação de mísseis hipersônicos que definem o poder militar contemporâneo.

No entanto, a verdadeira diferença entre os dois recursos reside nas barreiras de entrada: o petróleo lida com acesso a jazidas e capital intensivo; as terras raras lidam com algo muito mais potente a longo prazo - patentes e know-how exclusivos.

O que são, afinal, as terras raras?

Apesar do nome, as terras raras não são exatamente "raras" em termos de abundância na crosta terrestre. O grupo é composto por 17 elementos químicos (os

15 lantanídeos mais o escândio e o ítrio) que possuem propriedades magnéticas, luminescentes e condutivas únicas.

O desafio real não é encontrá-las, mas sim extraí-las e, principalmente, separá-las. Diferente do petróleo, que pode ser extraído de forma relativamente homogênea, as terras raras são encontradas em concentrações baixas e misturadas a outros minerais de difícil processamento. O processo de separação exige centenas de etapas químicas complexas e perigosas. É neste estágio que o recurso natural deixa de ser o protagonista e dá lugar à **propriedade industrial**.

A posse de um recurso natural é uma vantagem estática e, em última análise, vulnerável; o controle da tecnologia de processamento e da inovação confere uma vantagem dinâmica, mais próxima da "destruição criativa" teorizada por Joseph Schumpeter.

Patentes e know-how vs. recursos brutos

O mercado global de terras raras é marcado por uma anomalia: embora esses elementos sejam relativamente abundantes na crosta terrestre, a China controla mais de 80% do seu refino e processamento. Por que outras nações, incluindo os Estados Unidos e o Brasil (que possuem reservas significativas), não exploram esse mercado? A resposta não está na falta de capital ou de minas, mas sim nas barreiras intransponíveis de tecnologia, patentes e expertise acumulada ao longo de décadas.

A geopolítica do petróleo: Um modelo de maturidade tecnológica

O mercado de petróleo, embora sujeito a volatilidade geopolítica, opera com uma tecnologia de extração e refino madura e amplamente difundida. As patentes essenciais para uma refinaria moderna são licenciáveis ou já são de domínio público em muitas jurisdições. A barreira de entrada principal é o investimento massivo de capital e o acesso a grandes reservatórios economicamente viáveis. Qualquer nação soberana com recursos financeiros e vontade política pode construir e operar sua própria infraestrutura de petróleo. A barganha do

detentor do petróleo é forte, mas baseia-se na escassez do recurso e na coordenação de preços (via OPEP), não em um monopólio tecnológico.

As terras raras: O gargalo do processamento patenteado

O valor das terras raras reside na sua separação em elementos individuais (como neodímio, praseodímio, disprósio), o que é um processo químico e metalúrgico extremamente complexo, caro e ambientalmente desafiador. Esse é o verdadeiro gargalo da cadeia de suprimentos.

A China investiu pesadamente nesse know-how durante décadas, acumulando patentes e desenvolvendo processos eficientes em escala industrial. Muitas dessas patentes e segredos industriais não são facilmente replicáveis. Países ocidentais que tentaram entrar no mercado muitas vezes falharam ou foram forçados a fechar minas porque não conseguiam competir economicamente sem o domínio do processamento eficiente e em larga escala, e sem a disposição de arcar com os custos ambientais.

As consequências da dependência tecnológica

A dependência de uma arquitetura de patentes estrangeira gera impactos sociais e econômicos profundos para as nações dependentes:

Desindustrialização e valor agregado: Países com reservas tornam-se meros exportadores de "lama" mineral de baixo valor, sendo forçados a importar componentes caros (ímãs e sensores) fabricados com o seu próprio minério.

Risco à soberania nacional: A incapacidade de processar esses elementos localmente cria uma vulnerabilidade crítica na indústria de defesa e aeroespacial.

Custo da transição verde: Nações que controlam o conhecimento técnico ditarão o custo da descarbonização global, podendo inflacionar a infraestrutura energética de países em desenvolvimento.



Marcello Ávila do Nascimento Souza Marcello Ávila do Nascimento Souza

O debate geopolítico: Perspectivas contrastantes

Embora a tese das patentes seja central, o debate acadêmico apresenta visões distintas:

A visão do recurso (geopolítica clássica): Alguns especialistas argumentam que a concentração geográfica ainda é a arma política mais imediata, funcionando como uma "torneira" que pode ser fechada para causar danos instantâneos à economia global.

A visão da inovação (lógica de mercado): Outros analistas sustentam que o mercado de terras raras segue a lógica do Vale do Silício, onde a posse da "mina" é irrelevante se o detentor da patente do método de refino inviabilizar a operação econômica de concorrentes através de litígios ou segredos industriais.

A lente Schumpeteriana: Inovação dinâmica vs. recursos estáticos

A distinção entre os dois recursos é perfeitamente capturada pelo pensamento econômico de Joseph Schumpeter.

Poder estático do recurso: O controle do petróleo representa um poder de barganha estático. É valioso hoje e amanhã, mas é um recurso finito e cujas tecnologias de uso (motores a combustão) estão sob ameaça de obsolescência pela transição energética.

Poder dinâmico da inovação: O controle das patentes e do know-how (seja em processamento de terras raras ou em design de semicondutores) representa um poder de barganha dinâmico. Ele cria monopólios temporários que geram lucros extraordinários e, mais importante, permitem ao detentor dire-

cionar o fluxo da inovação futura.

Considerações finais

A vantagem do detentor da patente é mais forte porque é mais difícil de ser contornada do que a simples posse de uma mina. Uma nação sem petróleo pode investir em carros elétricos ou hidrogênio. Uma nação sem a tecnologia para processar terras raras não consegue fabricar os motores dos carros elétricos de forma competitiva, a menos que inove um substituto ou um novo método de processamento.

A matéria-prima é importante, mas o poder real na economia moderna reside no monopólio temporário da inovação e da tecnologia. Enquanto o mercado de petróleo é maduro e acessível a quem tem capital, o mercado de terras raras é protegido por barreiras de know-how e patentes que criam uma dependência tecnológica crítica. Entender essa diferença é crucial para formular políticas industriais que busquem a verdadeira soberania econômica no século XXI.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à **propriedade de industrial**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 maio 1996.

Site oficial do escritório Ávila Nascimento Advocacia. Disponível em: <https://avilanascimento.adv.br/#informativos>. Acesso em 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Terras raras: uma visão estratégica da dependência e oportunidades para o Brasil. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: [https://](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37731)

www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37731. Acesso em: nov. 2025.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY (USGS). Mineral commodity summaries 2024: rare earths. Reston, VA: U.S. Geological Survey, 2024. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2024/mcs2024-rare-earth.pdf>. Acesso em: nov. 2025.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP). Annual Statistical Bulletin 2024. Viena: OPEC, 2024. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/publications/339.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). A importância estratégica da **propriedade intelectual** para a inovação. Brasília: SEBRAE. Disponível em: <http://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/a-importancia-estrategica-da-propriedade-intelectual-para-a-inovacao,f88753228a7e2510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: nov. 2025.

Marcello Ávila do Nascimento Souza +29 anos **INPI** | + 21 anos advocacia | Ranking Análise Advocacia. Pós **Propriedade Industrial**-UERJ. Mestrado **Propriedade Intelectual-INPI**. Pós Processo Civil-PUC. Direito da Saúde Suplementar - VERBO.

MIGALHAS nº 6.300



Quarta-Feira, 4 de março de 2026 - Migalhas nº 6.300.

Fechamento às 08h45.

"Não bastam esperanças, a realidade é sempre urgente."

Machado de Assis

Prisão

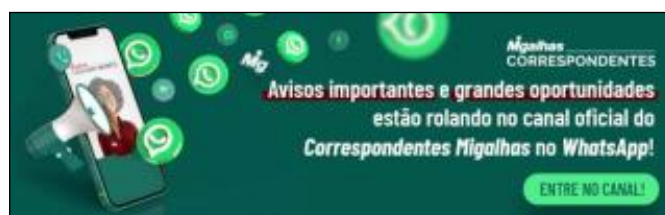
PF prende Daniel Vorcaro. Além do banqueiro, também há outros três mandados de prisão preventiva e 15 de busca e apreensão, expedidos pelo STF. Também foram determinadas ordens de afastamento de cargos públicos e sequestro e bloqueio de bens, no montante de até R\$ 22 bilhões, com o objetivo de interromper a movimentação de ativos vinculados ao grupo investigado e preservar valores potencialmente relacionados às práticas ilícitas apuradas. ()

Prisão - II

Prisões não são motivo de júbilo; no Estado de Direito, a privação da liberdade é sempre medida grave e excepcional. Ainda assim, havia algo de profundamente dissonante na cena que se desenhava até aqui, como mostrou o editorial do Migalhas da última segunda-feira: o acusado de protagonizar a maior fraude bancária já registrada no país (superior, ao que tudo indica, à soma das demais) repousando tranquilamente em seus lençóis macios, enquanto fundos de pensão, empresas, prefeituras e inúmeros investidores lidavam com prejuízos milionários. Sem falar no BRB, que acompanha o episódio em estado quase agônico. A ordem de prisão, portanto, não é festa; mas tampouco deixa de restaurar um mínimo de coerência entre a gravidade dos fatos investigados e a resposta institucional.

"Os rios são bênçãos da natureza; por isso é que é sempre à margem dos rios que o povoamento dum país começa."

Monteiro Lobato



Correspondentes Migalhas

Águas turvas

3ª turma do STJ manteve a condenação das usinas de Jirau e Santo Antônio ao pagamento de indenização a pescadores do rio Madeira/RO por prejuízos decorrentes da redução da atividade pesqueira. Prevaleceu o voto da relatora, ministra Daniela Teixeira. ()

Futuro da humanidade

Ao votar pela manutenção da condenação das usinas de Jirau e Santo Antônio por danos ambientais no rio Madeira, ministra Daniela Teixeira fez um alerta contundente sobre a responsabilidade intergeracional. Segundo ela, "se os danos ambientais são de tal monta que ameaçam a existência atual e futura da espécie humana, e seu cometimento gera resultados cumulativos e de difícil reparação, nada diferente se pode esperar de uma civilização preocupada com seu futuro do que uma intervenção imediata e antecipada diante do mero risco de sua ocorrência". ()

Vitória

Após a 3ª turma do STJ manter a condenação das usinas de Jirau e Santo Antônio ao pagamento de indenização a pescadores do rio Madeira, o defensor público Marcus Edson de Lima, que atuou no caso, ressaltou a relevância social do julgamento. Para ele, a decisão representa "uma vitória para a população pobre e carente do estado de Rondônia", que enfrenta os impactos de grandes empreendimentos na região. ()

Inclusão na tribuna

Durante sessão da 1ª turma do STJ, o colegiado assegurou condições adequadas para a sustentação oral de advogado com deficiência visual, garantindo acessibilidade no julgamento. Ministro Sérgio Kukina, também pessoa com deficiência, deu boas-vindas ao profissional e reafirmou o compromisso do Tribunal de oferecer atendimento inclusivo e adequado a todos os jurisdicionados. ()

Majoração barrada

3ª turma do STJ rejeitou pedido de advogado que buscava honorários contratuais de 10% sobre benefício estimado em R\$ 40 milhões, decorrente da suspensão de nove execuções fiscais. O colegiado manteve o valor fixado pelo TJ/RJ - cerca de R\$ 46 mil. Prevaleceu a divergência do ministro Humberto Martins, que apontou óbice da súmula 7 para reexaminar o suposto proveito econômico. Ficou vencida a relatora, ministra Daniela Teixeira, que defendia a incidência do percentual sobre o valor das execuções extintas. ()



Silva Matos Ros Alves Queiroz Silva Matos Ros Alves Queiroz

Morro abaixo

Durante o julgamento anterior que discutiu a base de cálculo dos honorários, ministra Daniela Teixeira relembrou a clássica "montanha dos honorários", criada pelo ministro Humberto Gomes de Barros (in memoriam). A metáfora descreve a ascensão do advogado - do telefonema aflito do cliente à vitória no tribunal - e a súbita descida após o êxito, quando surgem a relativização do trabalho e a resistência ao pagamento. "É aí que você cobra, porque daí pra frente é morro abaixo", recordou a ministra, destacando que a dinâmica ainda ecoa na prática forense. ()

Iliquidez afastada

4ª turma do STJ afastou alegação de iliquidez de título e manteve execução de honorários. Colegiado entendeu que a discussão sobre eventual cumprimento parcial do contrato exige reexame de provas e interpretação de cláusulas, providências inviáveis em REsp. ()

Penhora de faturamento

Corte Especial do STJ afetou recursos ao rito dos repetitivos (Tema 1.409) para definir se a penhora sobre faturamento tem caráter prioritário ou excepcional nas execuções civis e delimitar o alcance do reexame fático em recurso especial. ()

Quanto custa?

1ª turma do STJ manteve inclusão de despesas com contratação de correspondentes bancários na base de cálculo do PIS/Cofins. Colegiado seguiu voto do relator, ministro Benedito Gonçalves, segundo o qual tais serviços não se enquadram como intermediação financeira para fins de exclusão. ()

Emolumentos devidos

1ª turma do STJ afastou isenção de emolumentos reconhecida à UFRJ em tabelionato de protesto. ()



Silva Matos Ros Alves Queiroz Silveira Cruz Advogados

Contrato válido

Empréstimo firmado digitalmente não é inválido apenas pela ausência de certificação da ICP-Brasil ou pela simples negativa do contratante quanto à autenticidade da assinatura eletrônica. ()

Sem afeto, sem nome

3ª turma do STJ autorizou a exclusão de sobrenome paterno do registro civil em caso de abandono afetivo. Relatora, ministra Nancy Andrighi afirmou que a imposição de patronímico sem vínculo afetivo afronta direitos da personalidade e o livre desenvolvimento individual. ()

Pode executar

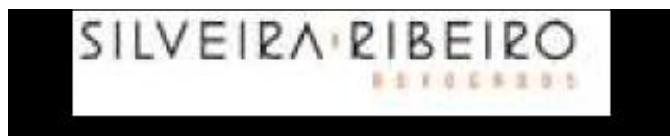
3ª turma do STJ decidiu que a novação prevista em plano de recuperação extrajudicial só alcança os credores que aderiram ao acordo. Assim, credor que não participou do plano pode seguir executando o crédito sem se submeter às novas condições. ()

Medida extrema

3ª turma do STJ manteve criança sob os cuidados da mãe e afastou ordem de busca e apreensão requerida pelo pai por descumprimento de acordo de guarda compartilhada. Relatora, a ministra Nancy Andrighi destacou que sem indícios de risco ou alienação parental, e considerando a adaptação da menor ao novo lar, a retirada da criança seria medida extrema. ()

Sem fé pública não vale

Acordo extrajudicial de partilha de bens em divórcio só é válido se formalizado por escritura pública. Assim entendeu a 3ª turma do STJ, destacando que o art. 733 do CC exige a forma pública como requisito essencial do ato, não sendo suficiente instrumento particular. ()



Silveira Ribeiro Advogados Silveira Ribeiro Advogados

Estupro de vulnerável

STJ manteve condenação de homem de 24 anos por relação com adolescente de 13, afastando alegação de desconhecimento da idade e reafirmando que pedido de absolvição do MP não impede condenação, nos termos do art. 385 do CPP. ()

Pró-infância

6ª turma do STJ manteve prisão domiciliar de mãe acusada de tráfico para que permaneça com três filhos menores de 12 anos, entendendo que pequena quantidade de droga e reincidência não afastam, por si sós, o direito ao benefício. ()

STJ lamenta morte de Félix Fischer

Ministros do STJ lamentaram o falecimento do ministro aposentado Félix Fischer. ()

IA da discórdia

Durante sessão no STJ, ministra Nancy Andrighi reclamou que o sistema de IA do Tribunal não identificou suposta prevenção entre dois processos. Ministro Cueva ponderou que não se trata propriamen-

te de inteligência artificial, mas de simples automação - "desinteligência", brincou. Nancy arrematou: independentemente do nome, "a inteligência entendeu mal". ()

Time do coração

4ª turma do STJ deu, ontem, as boas-vindas ao desembargador mineiro Luis Carlos Gambogi, convocado para atuar na Corte. Da tribuna, advogada destacou que o magistrado é, além de humanista, cruzeirense - time do coração do presidente do colegiado, ministro João Otávio de Noronha. "Tinha certeza de que tinha sido convocado pelos méritos que tenho, mas vejo que fui convocado por ser grande torcedor do Cruzeiro", brincou o desembargador. ()



Silveira, Athias, Soriano de Mello, Bentes, Lobato & Scaff - Advogados
Silveira, Athias, Soriano de Mello, Bentes, Lobato & Scaff - Advogados

Livre concorrência

Prestes a ser apresentado, o novo relatório do PLP 152/25, que regulamenta o trabalho por aplicativos, deve manter a proposta de taxa fixa por corrida para entregadores. O ponto, por sua vez, apresenta incompatibilidade constitucional. Ao impor remuneração obrigatória a trabalhadores autônomos em mercado competitivo, o texto interfere diretamente na formação de preços e afronta os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, pilares da ordem econômica previstos no art. 170 da CF. Entenda o debate. ()

Freio nos algoritmos

TSE veta propaganda eleitoral gerada por IA 72 horas antes da eleição. ()

Advogado constituído

Em uma estratégia para ter livre acesso ao pai na Papudinha, o senador e pré-candidato à presidência Flávio Bolsonaro passou a integrar o time da defesa do ex-presidente no STF. ()

Penduricalhos

Presidente do STF, ministro Edson Fachin instituiu comissão técnica para, até 20 deste mês, propor

solução sobre verbas acima do teto remuneratório. ()

Penduricalhos - II

Teto de R\$ 46,3 mil deve limitar penduricalhos retroativos no Ministério Público, orientou o PGR, Paulo Gonet. ()



Silva Mello Advogados Associados Silva Mello Advogados Associados

Beijo forçado

TST manteve indenização e rescisão indireta a trabalhadora que recebeu beijo na boca sem consentimento de colega no trabalho. ()

Meta sufocante

Chefe de financeira obrigada a fazer 540 ligações por dia será indenizada. ()

Sons da omissão

MPT ajuizou ação civil pública contra a MBRF após identificar uma série de abortos e partos prematuros entre funcionárias grávidas na unidade de Lucas do Rio Verde/MT, apontando relação com a exposição ao ruído forte acima do permitido. ()

ANPP na Justiça Militar

Ministro Toffoli suspendeu ação por estelionato militar e determinou que o Ministério Público Militar avalie proposta de acordo de não persecução penal, reconhecendo a possibilidade de aplicação do art. 28-A do CPP na Justiça Castrense. ()

Causídico preso

Advogado foi detido em delegacia após discussão durante a contenção de um preso com spray de pimenta. Segundo a PC/DF, por segurança, o delegado determinou a evacuação da unidade, mas o advogado teria permanecido no local e se negado a se identificar, sendo detido. ()



Silviano & Bonfim Advogados Associados Silviano & Bonfim Advogados Associados

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Por Dentro da Suprema Corte dos EUA

Entre Direito e política, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Tiago Asfor Rocha Lima e Gustavo Favero Vaughn comentam como a escolha para a Suprema Corte dos Estados Unidos molda o constitucionalismo americano e acirra disputas no Senado. ()

Migalhas Securitárias

Danielle Djouki aborda como a adoção da IA transforma trabalho jurídico e securitário, amplia produtividade e decisão estratégica, mas exige regulação, ética, proteção de dados e capacitação profissional. ()

UMA Migalhas

Clara Ayroza e Gabriela Penteado alertam que casos de adolescentes e violência virtual vêm sendo usados para defender recrudescimento penal, ignorando dados e o desenvolvimento juvenil. ()

Migalhas de Direito Médico e Bioética



Sinzinger Advocacia Sinzinger Advocacia

Rafaella Nogaroli discute como a norma do CFM organiza o uso de sistemas inteligentes na prática clínica, reafirma o juízo médico e impõe deveres de informação, vigilância e gestão de riscos. ()

Meio de campo

Rodrigo Monteiro de Castro apresenta a nova pesquisa do IBESAF, que trata do mapa dos clubes que participam das séries A, B e C do Campeonato Brasileiro e ainda não constituíram SAF. ()

Migalhas de peso

- "Estupro de vulnerável: Como os tribunais vêm relativizando um crime de proteção absoluta", por Beatriz de Oliveira Reis (TNP Advogados). ()
- "Casos na SecexConsenso em setores de saúde, trabalho, direitos humanos e agro: Análise qualitativa dos casos (2022-2025)", por Maria Augusta Viegas e Amanda Athayde (Pinheiro Neto Advogados). ()
- "Quando a liminar substitui a Anvisa: A nova fronteira da judicialização da saúde", por Ana Rita R. Petraroli Barretto (Petraroli Advogados Associados). ()
- "Risco, segurança e causalidade: Breves comentários sobre a imputação da responsabilidade objetiva a partir de recentes precedentes do STJ", por Carolina Mescolin Cozzolino e Natacha Kamarov (Terra, Tavares, Elias Rosa, Schenk, Araujo, Salgado Sociedade de Advogados). ()
- "O TCU pode julgar particulares sem vínculo com a Administração? A expansão silenciosa do controle externo", por Thiago Cardoso Araújo e Daniella Felix Teixeira (Bocater Advogados). ()
- "A modificação de incentivos fiscais não pode recair sobre direitos adquiridos", por Gustavo Pires Maia da Silva (Homero Costa Advogados). ()



Siqueira Castro Siqueira Castro

- "Quais são as respostas boas e as ruins para uma entrevista de visto americano?", por Mara Personi (Witer, Personi & Moore an International Law Corporation). ()
- "Tributação de lucros e dividendos após a lei 15.270/25: A ausência de distinção entre sociedades de capital e sociedades de pessoas", por Ana Paula Palácios Pereira (Pereira Gionédís Advogados). ()
- "A urgência da reforma do Código Civil e seus impactos sobre a vida jurídica contemporânea", por Betânia Miguel Teixeira Cavalcante (Badaró Almeida & Advogados Associados). ()
- "A governança em inteligência artificial no registro de imóveis e o novel provimento 213/26 do CNJ", por Luís Henrique Acioly (Chezzi Advogados). ()

- "Inteligência artificial como ferramenta estruturante no combate à litigância abusiva", por Viviane Ferreira e Gabriel Nascimento (Parada Advogados). ()
- "Comentários ao anteprojeto do Código de Processo do Trabalho: Dos procuradores (arts. 79 a 84)", por Fábio Luiz (Pereira Advogados). ()
- "Tudo o que o pecuarista goiano precisa saber sobre o 'perdão de multas' de GTA/TTA", por Leonardo Amaral (Amaral e Melo Advogados). ()
- "Reconhecimento feminino cresce no Direito: Cível e mercado financeiro impulsionam o aumento de lideranças", por Juliana Eckermann e Kelly B. Pinheiro (Eckermann& Santos - Sociedade de Advogados). ()
- "Nova lei reclassifica lucro presumido como 'benefício fiscal' e gera disputa no STF", por Guilherme Naoum Pertence e Pietra Mariottoni (Sociedade de Advogados Sepúlveda Pertence). ()

Apoiadores



SMGA Advogados SMGA Advogados

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Agroindústria

Martinelli Advogados assessorou a Frísia Cooperativa Agroindustrial na aquisição da planta de soja da Louis Dreyfus em Ponta Grossa/PR, incluindo planejamento, contratos e trâmites regulatórios. A operação fortalece a verticalização, a competitividade e o cooperativismo local. ()

Óleo e gás

Mattos Filho assessorou a CBO e seus acionistas em fusão com a OceanPact. O escritório foi responsável por participar da estruturação da transação, negociação e elaboração dos principais contratos, contribuindo para a consolidação das operações e integração das companhias no setor marítimo de óleo e gás. ()

Baú migalheiro

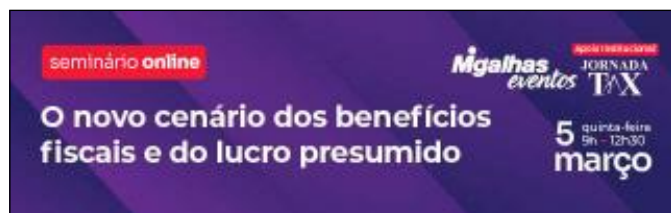
Há 235 anos, em 4 de março de 1791, foi introduzida na Câmara dos Comuns britânica, em Londres, a

proposta que resultaria no Ato Constitucional de 1791, diploma que reorganizou a administração colonial na América do Norte britânica. A norma determinou a divisão da antiga Província do Quebec em Baixo Canadá (atual Quebec), de maioria francófona, e Alto Canadá (atual Ontário), de predominância anglófona, estabelecendo para cada território estruturas legislativas próprias. A medida buscou acomodar diferenças políticas, jurídicas e culturais após a chegada de lealistas britânicos à região, redefinindo a organização institucional do Canadá sob domínio britânico. (Compartilhe)

Sorteio

Concorra a um exemplar da obra "Sistema Tributário na Constituição de 1988" (Dialética Editora, 520p.), escrita por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). O livro explora com detalhes a sistemática tributária prevista na Constituição, trazendo uma discussão sobre sua aplicação e desafios interpretativos. Participe do sorteio! ()

Novidade



No dia 16/3, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a FGV Justiça lançarão a obra coletiva "Comentários à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos", organizada pelo ministro Luís Felipe Salomão, do STJ, e Rodrigo Mudrovitsch, presidente da CIDH, e com prefácio do ministro Gilmar Mendes, do STF. O evento acontece na Sala de Sessões da Primeira Turma do STF, em Brasília. ()

Migalhíssimas

Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento em Direito Marítimo", com o tema "Experiência nas operações marítimas e portuárias". Hoje, às 12h, pelo canal do YouTube mentoriaoab.rj. () Amanhã, às 11h, Trench Rossi Watanaabe promove o webinar "NR-1: Sua empresa já está preparada?", com a participação de Leticia Ribeiro, Clarissa Lehmen, Priscila Kirchhoff e Julia Pereira. () Amanhã, às 10h, no RJ, Rita Cortez, de AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente do

IAB, palestra como convidada no "Fórum Permanente de Diálogos do Judiciário", sobre o tema "Interseção entre Imprensa e Judiciário: Transparência e Ética". Amanhã e sexta-feira, a cidade de Maceió sediará a primeira edição do "Congresso Alagoano de Direito Tributário", com foco na reforma tributária e seus impactos sobre a renda, o consumo e o pacto federativo. O escritório Sacha Calmon - Misabel Derzi Advogados estará representado por três de seus sócios: Misabel Derzi palestrará no painel "Reforma da Tributação da Renda"; Valter Lobato participará do debate "IBS, CBS e Não Cumulatividade Plena"; e Tiago Conde tratará dos "Novos Desafios Federativos, com foco em Competência Tributária e Comitê Gestor". Tema central do "Encontro Nacional da ABAPI - Associação Brasileira dos Agentes da **Propriedade Industrial**", que acontece de 10 a 13/3, em Brasília, o PL 3.876/24, que regulamenta a profissão dos Agentes de **Propriedade Industrial**, é defendido pelo presidente da Associação, Gabriel Di Blasi, de Di Blasi, Parente & Associados. () No dia 7/4, Edis Milaré (Milaré Advogados) participa do seminário "Lei Geral do Licenciamento Ambiental na Prática - Estratégia, Eficiência e Segurança Jurídica". Ele estará no "Painel 5 - O Ministério Público e a Segurança Jurídica", às 17h. () Na última semana, o professor João Marcelo Assafim (De Lima Assafim e Advogados Associados), da UFRJ, ministrou a aula magna do programa de pós-graduação em "**Propriedade Intelectual** e Inovação (PPGPI) do **INPI**", marcando a abertura do ano letivo de 2026. Com o tema "Os 30 anos da Lei de **Propriedade Industrial** no Brasil", a palestra promoveu uma análise sobre os avanços e os desafios decorrentes de três décadas de aplicação da LPI, destacando a importância da constante reflexão sobre a relação entre o sistema de **propriedade industrial**, a inovação e a competitividade no país. ()

Mais participação

Presidente da OAB/ES reuniu-se com o ministro da Justiça, Wellington César Lima, para defender maior presença capixaba nos Tribunais Superiores. ()

Evento especial

Em alusão ao "Dia Internacional da Mulher", o IAB promove, em 6/3, o evento "Todos juntos por todas: pacto nacional contra o feminicídio", com debates e transmissão ao vivo. ()

Automação jurídica

OAB/PR realizou upgrade do sistema CPJ-3C em parceria com a Preâmbulo Tech, automatizando prazos e governança de dados e modernizando a gestão jurídica da seccional.()

Comércio internacional



CEDES - Centro de Estudos de Direito Econômico e Social
CEDES - Centro de Estudos de Direito Econômico e Social

Associação Comercial de São Paulo (ACSP) promove hoje, às 14h, o "Fórum de Integração Mercosul-UE: Liderança e Mobilização Nacional" para discutir o acordo e articular ações rumo ao mercado europeu. ()

Direito Societário e Tributário

FGV Direito Rio recebe inscrições para os "LL.M. em Direito Societário e Mercado de Capitais" e em "Direito Tributário". As aulas são presenciais, com início em 10/3.

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas
Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

PR/Teixeira Soares

RS/Nova Prata

RS/Tenente Portela



Ceisc Ceisc

SP/Monte Aprazível

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Strikes Killed Iran Successors Eyed By U.S."

The Washington Post - EUA

"Embassies, airports close as violence worsens"

Le Monde - França

"Iran, Liban : l'armée israélienne sur deux fronts"

Corriere della Sera - Itália



Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio
Brasil-Canadá Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de
Comércio Brasil-Canadá

"In azione navi e jet europei"

Clarín - Argentina

"Fuerte réplica de la UIA a Milei y pedido de diálogo de los empresarios de AEA"

El País - Espanha

"Trump amenaza a España con "cortar todo el comercio""

Público - Portugal

"A guerra alastra no Golfo e Israel avança no Líbano"

Die Welt - Alemanha

"Superbenzin teurer als zwei Euro pro Liter"

The Guardian - Inglaterra



CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados

"US and Israel intensify Iran attacks as conflict widens"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Israel invade Líbano e Irã elege novo líder em meio a ataques"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Pagamento de retroativo a juízes quadruplica em 5 anos e chega a R\$ 4,2 bi"

O Globo - Rio de Janeiro

"PIB desacelera, cresce 2,3%, e guerra amplia incerteza em 2026"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Risco em expansão"

Correio Braziliense - Brasília

"Distritais aprovam projeto do GDF para socorrer o BRB"

Zero Hora - Porto Alegre

"Trump diz que Irã tem vácuo de poder"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Trump ameaça retalhar a Espanha e fala em 'vácuo de poder' no Irã"

Patentes em debate: Mounjaro e polilaminina reacendem discussão



Avanço de projeto que prevê licença compulsória da tirzepatida e controvérsia sobre **patente** internacional de pesquisa da UFRJ colocam em foco os limites entre proteção à **propriedade intelectual**, investimento em inovação e ampliação do acesso à saúde no Brasil

Avanço de projeto que prevê licença compulsória da tirzepatida e controvérsia sobre **patente** internacional de pesquisa da UFRJ colocam em foco os limites entre proteção à **propriedade intelectual**, investimento em inovação e ampliação do acesso à saúde no Brasil

O debate sobre patentes voltou ao centro das discussões públicas no último mês. Com a crescente procura pelas chamadas "canetas emagrecedoras", cujos preços ainda são inacessíveis para grande parte da população, a patente do medicamento Mounjaro (tirzepatida), da farmacêutica Eli Lilly, passou a ser questionada.

Em fevereiro de 2026, a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para o Projeto de Lei 68/2026, de autoria dos deputados Antonio Brito e Mário Heringer, que propõe a concessão de licença compulsória - mecanismo popularmente conhecido como "**quebra de patente**" - com o objetivo de reduzir preços e ampliar o acesso ao tratamento da obesidade no Brasil.

O projeto de lei tem como escopo o reconhecimento da Doença Crônica Baseada em Adiposidade como um dos principais fatores de risco contemporâneos

para enfermidades como doenças cardiovasculares, dislipidemias, resistência à insulina, entre outras

condições associadas a elevada morbimortalidade. Segundo a justificativa da proposta, "os dados são incontestes ao demonstrar que o conjunto populacional de adultos com obesidade ou sobrepeso no Brasil subiu de 42,6% em 2006 para 61,4% em 2023, mantendo a tendência de crescimento nos anos posteriores".

Diante desse cenário, o PL afirma que, se um fator de risco de tamanha relevância já atinge mais da metade da população brasileira, é evidente que se trata de um grave problema de saúde pública. O documento segue afirmando que antigamente a medicina não dispunha de medicamentos eficazes para o tratamento da obesidade, porém, esse panorama começou a se modificar com a introdução de fármacos como a liraglutida, a semaglutida e a tirzepatida, que demonstraram resultados clínicos significativos na redução do peso corporal e na melhora de parâmetros metabólicos.

Contudo, de acordo com o PL, o preço comercial desses medicamentos é incompatível com os objetivos de uma política de saúde pública de larga escala. "Nem o Sistema Único de Saúde (SUS) consegue comportar a incorporação desses medicamentos em virtude do elevado custo", afirma o documento.

Dessa forma, o projeto sustenta a necessidade de declarar os medicamentos agonistas de GLP-1 como de interesse público, a fim de viabilizar, nos termos da legislação vigente, a eventual decretação de licença compulsória (**quebra de patente**), como instrumento para ampliar o acesso e reduzir os custos no âmbito do sistema público de saúde.

No mesmo mês, passou a circular nas redes sociais a informação de que a pesquisadora brasileira Tatiana Sampaio (foto) teria perdido a patente internacional da polilaminina em razão de cortes orçamentários na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição onde a substância vinha sendo desenvolvida.

A polilaminina é uma forma polimerizada da proteína laminina que tem sido estudada por Tatiana como agente terapêutico voltado à regeneração neural e à recuperação de funções motoras após lesões na medula espinhal. O composto integra uma linha de pesquisa dedicada à medicina regenerativa, com foco na reparação de danos no sistema nervoso central.

Com quase três décadas de desenvolvimento, o estudo ganhou ampla repercussão por apresentar resultados experimentais promissores, incluindo recuperação parcial ou, em alguns casos, mais significativa de movimentos em modelos de paraplegia e tetraplegia.

O trabalho liderado por Tatiana Sampaio passou a ser apontado, no meio científico, como uma das frentes mais promissoras da medicina regenerativa no Brasil. A pesquisa também avançou no campo regulatório, com autorização da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** para a realização de estudos clínicos em humanos, sinalizando a transição da fase experimental para etapas clínicas controladas.

O que é Patente

De acordo com o advogado Guillermo Glassman, sócio do L.O. Baptista Advogados, para compreender o debate é necessário, antes, contextualizar o que são **patentes**. Ele explica que elas integram um ramo maior do direito, a **propriedade intelectual**. "Em termos simples, quando alguém cria algo novo ou original, a **propriedade intelectual** é o conjunto de regras que permite proteger essa criação contra cópias indevidas e viabiliza sua exploração econômica, seja por venda, licenciamento ou autorização de uso", afirma.

As **patentes**, por sua vez, são uma das espécies da **propriedade industrial**. Trata-se de um título de proteção concedido pelo Estado, que assegura ao titular, por prazo determinado, o direito de impedir terceiros de fabricar, usar, vender ou importar determinada invenção sem autorização.

No Brasil, o tema é regulado principalmente pela Lei da **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/1996), e as **patentes** são concedidas pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Em linhas gerais, quem primeiro deposita o pedido e cumpre os requisitos legais pode obter o direito temporário de exclusividade para explorar

comercialmente a invenção. Em contrapartida, deve tornar pública a tecnologia, já que o pedido passa a integrar o banco de informações técnicas após sua publicação. A exclusividade, como regra, dura 20 anos contados da data do depósito.

"A lógica por trás do sistema é incentivar a atividade criativa e a inovação. O ordenamento jurídico oferece ao inventor a possibilidade de exploração econômica exclusiva por um período determinado, como forma de compensar o investimento e estimular o desenvolvimento tecnológico", conclui Glassman.

Licença é medida excepcional

Atualmente a empresa responsável por desenvolver o Mounjaro, a Eli Lilly, é titular de patente concedida no Brasil relacionada ao princípio ativo tirzepatida, com vigência até 5 de janeiro de 2036. No entanto, o Projeto de Lei 68/2026, em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe um mecanismo que, na prática, busca antecipar a quebra dessa proteção por meio da concessão de licença compulsória com base em interesse público.

De acordo com a advogada Gabriela Neves Salermo, sócia do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello, a Lei de **Propriedade Industrial** (LPI) já prevê hipóteses específicas para a concessão de licença compulsória. Entre elas estão: abuso de poder econômico (art. 68); ausência de exploração do objeto da **patente** no Brasil após três anos da concessão (art. 68, §1º, I); comercialização que não atenda às necessidades do mercado (art. 68, §1º, II); e emergência nacional ou interesse público (art. 71) - sendo esta última a base invocada pelo projeto.

Na avaliação da especialista, a adoção da licença compulsória nos moldes propostos pelo PL pode gerar insegurança jurídica. "Empresas tendem a reduzir investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D;) se perceberem que sua **propriedade intelectual** não está devidamente protegida", afirma.

Gabriela ressalta que o argumento da ampliação do acesso não pode servir para afastar o rito legal estabelecido na LPI sem comprometer a previsibilidade regulatória. Segundo ela, o licenciamento compulsório deve ser medida excepcional, utilizada como último recurso.

No cenário atual, a advogada sustenta que o equilíbrio entre acesso e proteção à inovação pode ser alcançado por três pilares. Primeiro, a licença compulsória só se justificaria diante de um vazio terapêutico.

Com a expiração iminente da patente da semaglutida, comercializada como Ozempic, a entrada de genéricos tende a ampliar o acesso e suprir a demanda em larga escala, o que reduziria o caráter de urgência para intervenção na patente da tirzepatida, princípio ativo do Mounjaro.

Em segundo lugar, o equilíbrio exige a observância do artigo 73 da LPI, assegurando ao titular da patente o direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como o pagamento de royalties adequados, em vez de uma intervenção legislativa direta.

Por fim, a advogada defende que o acesso sustentável a medicamentos deve decorrer da expiração regular de **patentes** de gerações anteriores e da negociação de preços com o Sistema Único de Saúde (SUS), e não de medidas que possam desestimular a introdução de novas tecnologias no país.

Ela acrescenta que, caso o licenciamento compulsório seja instituído por meio de lei aprovada pelo Legislativo - e não por decisão técnica e fundamentada do Executivo ou do **INPI** -, pode haver desincentivo à internalização de tecnologia, à transferência de know-how e à instalação de centros de pesquisa no Brasil. O impacto, segundo a avaliação, não se limitaria ao setor farmacêutico, podendo alcançar áreas como tecnologia e agronegócio, cujos investidores poderiam temer intervenções semelhantes no futuro.

"Em resumo, o debate não é apenas sobre o medicamento, mas sobre como o Brasil quer ser visto globalmente: como um país que prioriza o acesso imediato via intervenção na **propriedade intelectual** ou como um mercado que respeita **patentes** para atrair inovação a longo prazo".

Proteção territorial

Após relatos de recuperação funcional de pacientes que utilizaram o fármaco em caráter experimental, a pesquisadora Tatiana Sampaio passou a ser reconhecida nacionalmente e o tema ganhou ampla repercussão pública, especialmente em meio a debates sobre financiamento à pesquisa e proteção de patentes no Brasil.

Em entrevistas anteriores, Tatiana Sampaio afirmou que a primeira patente internacional relacionada à polilaminina teria sido perdida por falta de pagamento das taxas necessárias para sua manutenção, o que teria ocorrido em meio aos cortes orçamentários enfrentados pela UFRJ, especialmente nos anos de 2015 e 2016.

No entanto, em entrevista concedida ao programa Roda Viva, exibido em 23 de fevereiro, a pesquisadora contextualizou a situação e afirmou que sua explicação anterior não havia sido precisa.

Segundo Tatiana, em 2014 a universidade realizou uma avaliação técnica sobre o potencial de concessão da patente no exterior. O entendimento institucional foi de que o pedido dificilmente seria aprovado nos

Estados Unidos ou na Europa e que os custos para manutenção do processo seriam elevados.

Com isso, a perda da patente internacional não decorreu exclusivamente da falta de recursos, mas de uma decisão administrativa baseada em análise técnica e financeira sobre a viabilidade do pedido.

Segundo o advogado Guillermo Glassman, é preciso esclarecer, antes de tudo, que não existe uma patente única com validade automática em todo o mundo. A proteção patentária é territorial: para obter exclusividade em outros países, é necessário depositar pedidos específicos em cada jurisdição ou utilizar o sistema do PCT (Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes), que funciona como uma via simplificada para requerer proteção simultaneamente em diversos países. Ainda assim, após o depósito, é indispensável cumprir as exigências locais e pagar as taxas e anuidades para manter o pedido ativo.

No caso em questão, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizou depósitos de proteção tanto no Brasil quanto no exterior no início do desenvolvimento da tecnologia. No entanto, a manutenção dos pedidos internacionais não foi levada adiante. De acordo com Glassman, essa decisão partiu da própria universidade e não decorreu exclusivamente de falta de recursos, como chegou a ser divulgado inicialmente.

Segundo ele, a instituição avaliou que, naquele momento, a probabilidade de concessão da **patente** em outros países era reduzida e, por isso, optou por não investir na continuidade do processo internacional.

Trata-se, afirma o advogado, de uma análise que pode ser tecnicamente justificável, já que a **concessão de patentes** depende do cumprimento de requisitos rigorosos - como novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - e não há garantia de deferimento. É possível, por exemplo, que a tecnologia ainda não estivesse suficientemente madura para atender aos critérios exigidos por escritórios estrangeiros.

Glassman ressalta que, quando um pedido internacional é abandonado por falta de pagamento das taxas de manutenção, a exclusividade fora do país é perdida e, em regra, não pode ser restaurada nos mesmos termos posteriormente. Contudo, isso não impede que novos pedidos de patente sejam apresentados com base em aperfeiçoamentos ou desdobramentos da pesquisa. Conforme noticiado, foi esse o caminho adotado posteriormente no caso da polilaminina.

Mercosul-UE: o que diz o acordo aprovado pelo Senado

Aprovado nesta quarta-feira (4) pelo Senado, o Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia tem previsão de redução de tarifas de importação para diversos setores. O cronograma de desoneração inclui eliminação imediata de tarifas e pode chegar a até 30 anos para algumas exceções. O PDL 41/2026, que ratifica o texto do acordo, será promulgado.

Um dos principais efeitos do texto é a eliminação de tarifas, que será imediata para alguns produtos e gradual para outros. Enquanto o Mercosul vai liberar tarifas para 91% dos bens europeus (imediatamente ou ao longo de prazos de 4, 8, 10 ou 15 anos), a União Europeia eliminará tarifas de importação sobre aproximadamente 95% dos produtos do Mercosul (imediatamente ou em prazos de 4, 7, 8, 10 e 12 anos).

O tratado, assinado em 17 de janeiro deste ano, em Assunção, no Paraguai, cria uma área de livre comércio entre os dois blocos. O texto foi enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional e passou pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e pela Câmara dos deputados antes de chegar ao Senado.

A negociação para que o acordo fosse fechado se estendeu por mais de 26 anos. O acordo provisório (ITA, na sigla em inglês), que foi aprovado pelo Congresso, trata da parte comercial e foi assinado junto com outro documento mais extenso, que engloba também política e cooperação.

Segundo o governo, o aumento de arrecadação do Brasil com as transações comerciais deverá compensar a perda com impostos de importação incidentes da ordem de R\$ 683 milhões em 2026, R\$ 2,5 bilhões em 2027 e R\$ 3,7 bilhões em 2028.

O texto contém 23 capítulos que tratam, entre outros pontos, da redução de impostos de importação e da criação de regras para:

Com base nas normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), o acordo fixa como objetivos: ampliar e diversificar o comércio de bens e serviços; dar mais segurança jurídica a empresas e inves-

tidores; e incentivar o desenvolvimento sustentável. Cada país envolvido continua tendo o direito de

criar e aplicar suas próprias leis em áreas como saúde pública, meio ambiente, educação, segurança e proteção social.

No capítulo sobre comércio de bens, as partes assumem o compromisso de reduzir ou eliminar, de forma gradual, os impostos cobrados na entrada de produtos importados, seguindo prazos definidos em anexos do acordo. Esse processo pode levar até 30 anos para alguns itens.

Há produtos mais "sensíveis" - bens considerados estratégicos para a economia interna de um país que poderiam ser prejudicados pelo aumento das importações - que devem receber tratamento especial nesse cronograma. Alguns produtos podem ter prazo maior para a redução de impostos ou podem até ficar de fora da abertura prevista no acordo.

Segundo a relatora, senadora Tereza Cristina (PP-MS) a maior resistência do lado europeu é no setor agropecuário, atividade que há anos enfrenta desafios de produtividade e que se sustenta com subsídios da Política Agrícola Comum. Já do lado brasileiro, ela citou o setor de lácteos e o vitivinícola (uvas e vinhos).

- A mesma lógica orienta o setor automotivo: veículos e autopeças contam, predominantemente, com exclusões ou cronogramas de 10 a 15 anos, alcançando até 30 anos, com período de carência, no caso de novas tecnologias. Preserva-se, desse modo, o direito e a capacidade de o Brasil avançar na industrialização em segmentos de ponta e na consolidação de uma base produtiva competitiva - explicou.

Para alguns setores de alta sensibilidade econômica, em que a liberação total não foi politicamente viável, o acordo institui o regime de cotas tarifárias, em que os produtores contam com isenção ou tarifa reduzida apenas até o limite estabelecido. No que ultrapassar esse limite, será paga a tarifa cheia.

A União Europeia delimita cotas para produtos do agronegócio brasileiro como carne bovina, aves,

milho, açúcar e etanol, enquanto o Mercosul estabelece cotas para lácteos (leites, queijos, fórmula infantil) e alhos europeus. De acordo com a relatora, produtos sujeitos a quotas ou tratamentos não tarifários representam apenas de 3% dos bens e 5% do valor importado pela União Europeia.

O tratado determina que, depois que o produto importado entra regularmente no país, deve receber o mesmo tratamento dado ao produto nacional, sem discriminação. No que diz respeito à concorrência nas exportações, as partes não poderão conceder subsídios para estimular a venda de produtos agrícolas para o outro bloco.

O acordo disciplina medidas de defesa comercial, como a aplicação de sobretaxas quando houver prática considerada desleal, além de permitir a suspensão de benefícios em caso de fraude comprovada.

Além disso, o texto proíbe a criação de novos impostos de importação ou o aumento dos já existentes para os produtos que se enquadram nas regras do acordo, salvo exceções previstas.

Na parte de aduanas e facilitação de comércio, o texto busca simplificar procedimentos, reduzir burocracia e tornar mais claras as exigências para importadores e exportadores. O documento prevê cooperação entre as autoridades responsáveis e troca de informações.

Também há capítulos específicos sobre exigências técnicas e regras sanitárias e fitossanitárias, com normas sobre qualidade, segurança e saúde de produtos - especialmente alimentos e itens de origem animal e vegetal. O texto exige que essas regras tenham base técnica e científica e que sejam divulgadas com transparência.

Também estão previstos espaços de diálogo sobre temas ligados à cadeia agroalimentar (como o bem-estar animal e o uso de novas tecnologias no campo).

Quanto aos serviços e estabelecimento de empresas de serviço, o texto prevê abertura gradual de segmentos e melhores condições para empresas que queiram atuar no território da outra parte.

O acordo também trata da circulação de recursos financeiros ligados a investimentos e pagamentos

correntes, permitindo medidas de proteção em caso de dificuldades econômicas graves.

No caso de compras governamentais, o tratado determina que empresas de um bloco poderão participar de licitações públicas do outro (com regras sobre igualdade, transparência e divulgação de informações). Há um prazo de adaptação para que os países ajustem seus sistemas às novas regras.

O capítulo sobre **propriedade intelectual** reafirma compromissos já assumidos anteriormente e trata de **direitos autorais**, marcas, **patentes**, **indicações geográficas** e proteção de informações sigilosas.

Há também um capítulo sobre micros, pequenas e médias empresas, que prevê medidas para facilitar o acesso às oportunidades criadas pelo acordo.

O acordo não impede que os países mantenham empresas estatais, mas estabelece que, quando elas atuarem em atividades comerciais, devem respeitar regras de concorrência e transparência.

No capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável, o tratado vincula a ampliação do comércio ao respeito a compromissos ambientais e trabalhistas. O texto prevê cooperação em temas como mudanças climáticas, preservação da biodiversidade e uso responsável de recursos naturais, além de participação da sociedade civil no acompanhamento do acordo.

Há ainda trechos do acordo sobre transparência, que exigem a publicação de leis e decisões relacionadas ao comércio; exceções, que garantem a adoção de medidas para proteger a segurança nacional, a saúde pública e o meio ambiente; e solução de controvérsias, com um sistema de consultas e painéis independentes para resolver divergências sobre a aplicação do tratado.

As disposições institucionais e as disposições finais criam comissões e subcomissões para acompanhar a execução do acordo e definem regras sobre a entrada em vigor e sobre futuras revisões.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Os impactos da Reforma Tributária no franchising



Conversamos com Natan Baril sobre os impactos da Reforma Tributária no franchising. Baril é sócio-fundador da Baril Advogados, escritório especializado em franchising e **propriedade intelectual**, diretor Jurídico da Associação Brasileira de Franchising (ABF) e diretor Jurídico da Federação Ibero-Americana de Franquias.

Quais serão os impactos da Reforma Tributária nas franqueadoras?

O principal impacto está, basicamente, na mudança de tributação das receitas de royalties, das taxas de franquia e de outros serviços prestados à rede. Para que possamos contextualizar, nós estamos falando da grande massa das franqueadoras, formada por, aproximadamente, 3 mil empresas. Como as atividades dessas empresas são compostas por serviços, elas vão passar de uma tributação de PIS, Cofins e ISS, com uma carga de 11% a 14%, para uma tributação de CBS e IBS com uma alíquota estimada de 28%.

Outro elemento que indica um aumento significativo da carga tributária é que as franqueadoras possuem poucos créditos tributários para efetivar compensações. É por isso que, dentro do sistema de franquias, o impacto da majoração da tributação tende a ser mais sensível nas franqueadoras do que nos franqueados.

O que vai mais impactar as franqueadoras? A CBS ou o IBS?

Na prática, os dois tributos terão impacto, mas a CBS, que vai substituir o PIS e a Cofins a partir de 2027, tende a ser o principal componente da carga tributária das franqueadoras. Como elas pagam ISS sobre serviços, o IBS, que vai substituir o ICMS e o próprio ISS, também vai passar a incidir sobre essas atividades, o que vai gerar uma convergência de tributos sobre a mesma base da receita. Isso explica o aumento de carga nominal das franqueadoras.

Espaço Publicitário

Há como administrar esses impactos?

Os impactos podem ser administrados, mas isso não será em todos os casos. Como nós estamos tratando de um segmento responsável por 2,7% do PIB nacional, caso o governo opte por manter uma tributação cheia de 28%, nós esperamos que essa alíquota seja tratada de forma específica para os franqueadores. Caso isso não aconteça, nós vamos ter um aumento da taxa de mortalidade de franqueadoras, que ainda não é possível estimar, pois muitas não vão conseguir fechar suas contas em relação à carga tributária, receita e margem dos seus negócios.

Com relação à administração dos impactos, isso exigirá uma adaptação estratégica. Para isso, as redes de franquia precisarão rever vários aspectos dos seus modelos de negócio, como a estrutura contratual entre franqueador e franqueados, a modelagem financeira, o modelo de cobrança de rótulos e taxas e a organização da cadeia de fornecedores, que passará a ser de vital importância, pois as empresas precisarão entender a lógica que a Reforma Tributária vai trazer nas negociações entre franqueadores e franqueados, franqueadores e fornecedores, e franqueados e fornecedores.

Isso porque o novo sistema vai funcionar como um IVA moderno, onde o imposto incide sobre o valor agregado. Isso significa que o crédito tributário decorrente dessas transações passará a ser um ativo econômico importante nas negociações.

Hoje, as negociações focam apenas nos preços, prazos e logística, mas com a Reforma Tributária será necessário analisar o crédito tributário que será

gerado pela compra de um produto ou pela contratação de um serviço. Como o novo sistema vai gerar créditos ao longo da cadeia, as redes que organizarem melhor as suas cadeias de fornecimento terão a possibilidade de capturar ganhos de eficiência com a utilização desses créditos.

Se a franqueadora conseguir acomodar todos esses elementos na reorganização do seu modelo de negócio, ela vai administrar esses impactos e até mesmo encontrar boas oportunidades para serem exploradas.

Como os franqueados deverão sentir os impactos da Reforma Tributária?

O impacto nos franqueados tende a ser mais heterogêneo. Isso porque eles operam em diferentes regimes tributários, como o Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real.

Como a maioria dos franqueados está no Simples Nacional, eles tendem a ter um impacto mais limitado, já que o regime vai continuar existindo. Com relação aos franqueados que estão fora do Simples, o impacto vai depender muito da cadeia de fornecedores e da capacidade de aproveitamento de créditos tributários. Por outro lado, fornecedores no Simples e operações com imunidade ou não incidência podem gerar resíduos tributários que afetam o custo real.

Do ponto de vista econômico-financeiro, o aumento da tributação das franqueadoras vai fazer com que elas compartilhem esse impacto com seus franqueados através do aumento dos royalties, das taxa de franquia e de outras rubricas que possam existir, o que vai gerar um aumento do custo operacional das franqueadas. Na minha opinião, esse vai ser o maior impacto da Reforma Tributária, e não necessariamente o aumento de tributação.

Obviamente, caso esse cenário seja confirmado, esse custo, ou pelo menos uma parte dele, vai ser deslocado para o consumidor final através de produtos e serviços mais caros.

De uma forma geral, qual a sua avaliação sobre a Reforma Tributária?

Na minha percepção, a Reforma Tributária representa um avanço muito importante para o país. O atual sistema tributário sobre consumo é muito complexo, possui múltiplos tributos, regras diferentes entre estados e municípios, substituição tributária de ICMS em muitos estados e muita cumulativi-

dade, o que fazia com que muitas empresas e investidores estrangeiros, interessados no Brasil, tivessem dificuldade para analisar a viabilidade de possíveis investimentos e perdessem o interesse.

Com a reforma, o Brasil caminha para uma simplificação do sistema e se aproxima de modelos internacionais de IVA, o que faz com que as empresas estrangeiras tenham um entendimento mais fácil sobre o país e com que as empresas nacionais tenham um entendimento do IVA quando exportarem para outros países. O ponto é que, ao mesmo tempo, a Reforma Tributária redistribui a carga entre os setores, principalmente Serviços e Indústria, sendo que Serviços é o setor que vai pagar mais caro pela Reforma Tributária.

É por isso que é fundamental acompanhar a implementação da Reforma Tributária, garantir que setores relevantes da economia tenham condições de adaptação e ter um olhar estratégico para o negócio nessa fase de transição, que vai de 2026 a 2033, quando teremos a matriz tributária 100% dentro do modelo CBS e IBS.

O que a ABF tem feito para alertar os responsáveis pela Reforma Tributária a respeito desses impactos?

Dentro da diretoria jurídica da ABF, nós temos um comitê de advocacy que canaliza todos os temas da Reforma Tributária que impactam o setor. Além disso, nós temos dois estudos de impactos econômicos-financeiros, feitos por consultorias especializadas, que embasam tudo o que estamos fazendo há três anos junto ao governo, parlamentares e entidades representativas do setor. O nosso objetivo é fazer com que o setor tenha um redutor da alíquota, assim como aconteceu com outros setores.

Quando apresentamos os estudos, nós mostramos que os impactos podem culminar na falência, na eliminação de negócios importantes e no aumento da taxa de mortalidade de empresas do setor.

O nosso objetivo é contribuir de forma construtiva para que a Reforma considere as especificidades do franchising, que é um setor super importante para geração de empregos e para o empreendedorismo no país. Esse diálogo institucional é fundamental, já que a Reforma ainda terá uma fase importante de regulamentação, quando muitos detalhes práticos do sistema serão definidos. Como o franchising brasileiro é um case mundial de sucesso, é preciso

ter um cuidado especial em relação ao aumento da carga tributária do setor.

Considerando a nossa conversa, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?

Com a Reforma Tributária, as redes vão precisar repensar suas estruturas de royalties, taxas de marketing, fundos cooperados de propaganda, serviços prestados à rede e a centralização de compras para ajustar os seus modelos econômicos. As empresas também vão precisar entender a mudança na lógica de negociação com os fornecedores, já que o crédito tributário vai ser parte da negociação comercial.

Por fim, como as empresas vão ter que conviver com os tributos antigos e os tributos novos durante a fase de transição, isso vai exigir adaptação tecnológica, fiscal e contábil. Como o franchising mistura serviço, comércio e indústria dentro da mesma rede, o impacto da Reforma é muito mais

complexo do que em setores mais homogêneos. Por exemplo, algumas redes podem ter aumento de carga na franqueadora e redução de cumulatividade na operação dos franqueados. É por isso que é importante que as franqueadoras façam seus estudos de impacto e se preparem para a mudança que começa em 2027.

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem	18,19
Direitos Autorais	18,19
Marco regulatório INPI	3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17
Patentes	14,15,16,17,18,19
Propriedade Industrial	3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22